



A liderança do PMDB usa de todos expedientes para esvaziar a votação da emenda pela Constituinte de Gastone Righi

Submarino afoga emenda Righi

Autor é contestado

Até submarino entrou na manobra do PMDB, com o objetivo de esvaziar completamente a discussão e votação da emenda Gastone Righi, que convoca a Assembleia Nacional Constituinte para novembro de 1986. Enquanto a emenda do parlamentar petebista estiver sendo apreciada na Câmara dos Deputados, às 10 horas da manhã de hoje, um grupo de deputados do PMDB estará submerso nas águas da Baía da Guanabara a bordo de um submarino, a convite da Marinha. O partido tentou de todas as formas tornar inviável a aprovação da proposta de Gastone Righi, pois o presidente José Sarney — segundo declarações do próprio líder do PTB — não admite deixar de passar a história como o instrumento de convocação da Constituinte, nem o PMDB quer, sob nenhuma hipótese, perder a autoridade do projeto.

Cerca de 30 parlamentares (entre deputados e senadores) partiram ontem de Brasília como convidados da Marinha de Guerra para passear no submarino Amazonas, na Baía da Guanabara (RJ). Até aí o PTB estava levando o contra-ataque na ironia, mas quando viu que o PMDB conseguiu que fossem convocadas 14 reuniões de comissões para hoje de manhã e que "despachou" vários parlamentares em missões estrangeiras, não se conteve:

— Até onde isso vai?

O autor da emenda e líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi, disse que o ex-presidente da Câmara, Flávio Marçílio, foi um desses convidados e que, na véspera da viagem, confessou: "Eu gostaria de votar sua emenda, mas uma viagem à África..." Righi também denunciou uma manobra até então desconhecida no Legislativo: o PMDB conseguiu o adiamento da votação do projeto que regulamenta as eleições diretas em novembro para quinta-feira de manhã, o que impede o adiamento de Righi para a mesma data.

— Até aí nada de mais. No entanto, isto nunca ocorreu... Marcaram uma sessão da Câmara para a parte da manhã (que normalmente é reservada do Congresso Nacional), apenas para que não haja um encontro nas votações.

Até ontem à noite, a assessoria do PTB havia pesquisado cerca de 200 parlamentares e a maioria disse que votaria favoravelmente. No entanto, o problema não será aprovar a emenda, mas conseguir quorum à votação (ou seja, 320 parlamentares). A ala esquerda peemedebista — cerca de 80 — promete comparecer, assim como o PDS, o PDT e o próprio PT. A questão, para todos os partidos, está em aberto, mas Righi acredita que se 400 parlamentares estiverem em plenário, a emenda passará.

Aliança Democrática

Gastone Righi não aceita a alegação do presidente Sarney — e muito menos do PMDB — que a convocação da Constituinte tenha que partir da Aliança Democrática. "Nós também fizemos parte dessa Aliança e como fiz questão de informar, existia um compromisso mútuo — entre o Dr. Tancredo Neves e o PTB — que a convocação da Constituinte partiria da emenda. Poderíamos, inclusive, ter feito um substitutivo de lideranças. Mas, de maneira alguma, aceitarei que a convocação parta do Executivo (pois temos um Legislativo funcionando)."

O líder do PTB alerta para o perigo do envio da mensagem do Executivo ao Congresso Nacional. "Isto facultará aos partidos, o direito de convocar — inclusive — eleições diretas para a presidência da República, junto com a convocação da Constituinte, através de substitutivos. E como ficará, então, a Aliança Democrática? Irá contra as eleições diretas, aguentando o ônus da Nação?"

As lideranças dos pequenos partidos e do PDS não vêem por que a emenda Righi não possa ser aprovada. O líder pedessista na Câmara, Prisco Vianna, afirmou:

Surpreso e incrédulo, o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, não acreditou nas informações que lhe foram prestadas, ontem, pelos jornalistas, de que o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), o havia acusado, juntamente com outros líderes do PMDB, de estarem tentando desestabilizar o governo Sarney, com a rejeição de sua emenda, hoje, no Congresso.

Segundo o líder petebista, os dirigentes do PMDB — e ele citou nominalmente Ulysses Guimarães e Humberto Lucena — querem a rejeição de sua proposta de emenda Constitucional, transformando o futuro Congresso em Assembleia Constituinte, para patrocinarem subemenda à emenda Sarney, com o objetivo de reabrir o debate em torno de eleições presidenciais diretas a 15 de novembro de 1986.

O deputado Ulysses Guimarães considerou impropriedades as alegações de Gastone Righi, lembrando que o PMDB e o PFL, na Aliança Democrática, têm compromisso de apoiar a

proposta atribuindo à Assembleia Constituinte a fixação da data da eleição do sucessor do presidente Sarney: "Vamos honrar nossos compromissos" — observou o presidente do PMDB, confirmando a preferência pelo mandato de quatro anos — com eleições presidencial em 1988.

Ulysses deixou claro que, se houver proposta de emenda fixando eleições presidenciais em 86, "não haveria quorum para aprovar".

Da mesma forma que o presidente do PMDB e da Câmara, os líderes governistas Humberto Lucena e Pimenta da Veiga não deram crédito às colocações de Gastone Righi. O deputado Pimenta da Veiga reafirmou que a Aliança Democrática defende a tese de que só a Constituinte poderá fixar duração de mandatos e, no caso do presidente, qualquer proposta de reduzir agora o mandato do atual presidente seria uma tentativa de desestabilizar o regime democrático.

Pimenta da Veiga também manifestou preferência pelo mandato de quatro anos.